

CANGAÇO E MEMÓRIA COLETIVA NO NORDESTE BRASILEIRO

Dagmar Manieri *

Resenha do livro: CLEMENTE, Marcos E. de. *Lampiões acesos: O cangaço na memória coletiva*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teiveira, 2009.

Estamos na década de 1960 e mais especificamente às vésperas do golpe militar de 1964. Na tela do cinema, um público entusiasta assiste ao lançamento de *Deus e o Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha. Num dos episódios da saga glauberiana, Corisco é o rebelde cangaceiro:

O filme pretende demonstrar a inutilidade das tentativas anarcóides como a fuga “in alto”, isto é, para misticismo e/ou a violência pura, como forma de resolver um estado de crise perene. A tomada de consciência seria a única solução positiva (VALENTINETTI, 2002:59).

Como podemos notar neste caso específico, o imaginário do cangaço ultrapassou barreiras, ganhou o espaço fílmico, da literatura e outros espaços culturais. Mas ele continua presente num espaço bem especial: na memória coletiva do Nordeste brasileiro. É este objetivo que impulsiona a pesquisa de Marcos E. Clemente em sua mais recente obra: *Lampiões Acesos: o cangaço na memória coletiva*. Mas vamos logo admitir de início: a tarefa a que se propôs executar o historiador não é nada fácil. Nessa obra que originalmente foi tema de dissertação de mestrado da conceituada Unicamp, pretende-se enveredar pelo campo da memória coletiva. Numa linguagem fácil e até comovente, o autor nos conduz ao universo da caatinga e, especialmente, à prática do cangaço. Logo na Introdução, temos delineado o objeto da pesquisa:

Buscamos compreender como vem se constituindo uma memória coletiva do cangaço e ainda como vem se construindo imagens sociais de Lampião em

* Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP); Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e Professor Adjunto de História na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína.

diferentes localidades do sertão nordestino, especialmente na cidade de Paulo Afonso, sertão da Bahia (CLEMENTE, 2009:22).

O que mais surpreende, contudo, é que Marcos E. Clemente não fica restrito a esse objeto. O historiador incursiona ora pela história do cangaço, ora pelos mecanismos de constituição da memória coletiva. Nesse ponto, as dificuldades são inevitáveis. Tanto é assim que o próprio autor em diversas passagens adverte ao leitor sobre os limites da pesquisa. Temos, então, uma “apropriação e a constituição de diferentes memórias do cangaço” nas palavras de Marcos E. Clemente .

É por isso que o tema estudado é tão fascinante. Quais os elementos que contribuem para essa formação (a memória do cangaço)? Que jogo ideológico pode ser identificado nesse processo? Nesse contexto, a hipótese se configura dessa forma: “Haveria outra possibilidade de se construir uma história do cangaço fora dos cânones da historiografia oficial? (Ibid.:180) Ou seja, que tipo de história ocorre no seio da criação popular? Ao tomar essa perspectiva, o autor envereda pela empiria histórica. Pesquisa os folhetos de cordel, faz entrevistas, etc. Constata que ocorre um “processo de glorificação” de Lampião. Assim podemos perguntar: por que isto ocorre? Como explicar o fato – relatado por Marcos E. Clemente – de que a “popularidade” dos cangaceiros supera àquela das autoridades públicas da época? Daí o Capítulo 1, onde se estuda as localidades onde Lampião deixou sua imagem. Serra Talhada, Triunfo, Mossoró, Poço Redondo e Piranhas são visitadas com o intuito de se resgatar as várias facetas do “herói” nordestino. E como é tênue os limites entre história e imaginação popular. O autor, com todo cuidado, acompanha esses limites, enfatizando que não se trata só da figura de Lampião. A região (ele se refere a Mossoró) apresenta uma verdadeira “cultura do cangaço”.

Ainda perseguindo as respostas dessas indagações o autor nos apresenta um longo Capítulo 2 – *Lampiãoes Aceso: memórias de Lampião entre os “cangaceiros” de Paulo Afonso (BA)*. Aqui, reconstroi-se a formação da cidade de Paulo Afonso. A questão é mostrar que a cidade, sede da CHESF, absorve os migrantes sertanejos de várias regiões. Mas o fato curioso é que a representação dos “cangaceiros” irá se realizar no Carnaval. Nesse Capítulo, o que temos é uma reconstituição detalhada da encenação dos “cangaceiros de Paulo Afonso”. Não só a prática histórico-cultural do grupo é pesquisada; o autor vai até as fontes dessa prática, como a tradição oral por exemplo. Por vezes, Marcos E. Clemente nos dá uma reflexão:

Dessa forma, vemos que o grupo utiliza o passado como uma referência permanente de sua consciência de mundo, como uma possibilidade de conservar em seu cotidiano as formas antigas e ainda como modelo diante de momentos de mudanças (Ibid.:86).

Com habilidade, o autor vai intercalando história do cangaço com o imaginário (criativo) do sertanejo. Em algumas passagens fica clara a postura do historiador: “Todo o registro de violência praticada pelos mesmos, inclusive por Lampião, contra pobres trabalhadores e suas famílias, (...) parece ter desaparecido da memória coletiva” (Ibid.: 103). Assim, o pesquisador não se identifica com o objeto de pesquisa. Isso é importante porque quebra a empatia que vai se afirmando (no leitor) ante a figura de Lampião.

Nos relatos colhidos transparece a admiração do sertanejo frente ao espírito corajoso de Lampião. Para Deílson dos Santos, que representa um tenente da volante no grupo cultural “cangaceiros” de Paulo Afonso, Lampião “era um homem valente”. Tal afirmação também aparece em outros depoimentos. Isso resulta num processo de glorificação constatado pelo autor. Já no Capítulo 3 – *Sentido atual dos lugares de memória do Cangaço* -, Marcos E. Clemente aprofunda a leitura da representação cultural dos “cangaceiros” de Paulo Afonso. Trata-se de extrair as várias concepções do sertanejo através de sua prática cultural. A volante, por exemplo, é vista como parte integrante da “opressão dos poderosos”; já Lampião se insere numa rede (que o autor denomina de “instituição”) de representações em torno da “honra”, da “dignidade” e da “vingança”.

A glorificação em torno de Lampião nos permite produzir algumas idéias. Uma delas pode ser entendida como ausência da negatividade do princípio do mal. Sabemos através de J-P Vernant que os “deuses ctonianos e infernais” eram tão importantes para os gregos quanto os deuses celestes (2006:56). Assim, o princípio do mal pode ser entendido “não como instância mística e transcendente, mas como receptação da ordem simbólica, rapto, violação, receptação e malversação irônica da ordem simbólica” (BAUDRILLARD, 1996:161). Lampião não mais como violência alienada (Cf. Glauber Rocha), ou como violência que compartilha com os desmandos locais, mas como violência instauradora de uma nova representação do sertão. Essa perspectiva interpretativa não deve ser menosprezada; Bakhtin ensaiou algo semelhante ao conceber a “carnavalização” como nova visão de mundo, popular, criativa, longe do oficialismo

nobre-cristão. Essa “perspectiva” também pode ser usada na feiticeira medieval de Jules Michelet, embora esta última seja concebida por ele como as origens da ciência moderna: “Foi esse perigo mágico que, enquanto se discutiam o sexo dos anjos, se agarrou às realidades, criou a química, a física, as matemáticas” (1990:240). Como afirma Michel Maffesoli, devemos reconhecer que o mal é uma expressão “forte e intangível da realidade” (2004:78). Então, ele traz essa instauração de um “possível” para tal realidade. Um pouco parecido com Castoriadis, Maffesoli afirma que essa força instauradora “alimenta-se do vazio” que existe por trás do instituído. A criação histórica não necessita, invariavelmente, estar associada a uma teoria. Que a “alma” popular tenha, então, seu instante criador (Lampião violento, mal, história concreta não-oficial) e seu instante institucional (glorificação, as festas populares, a memória coletiva, etc.): eis a idéia.

Temos, portanto, diante de nós um importante trabalho sobre a memória coletiva do cangaço. Toda a riqueza histórica que trouxe à tona referente à constituição da memória (coletiva) abriu possibilidades para novas reflexões. E o próprio trabalho ensaia, muitas vezes, tal reflexão. Mas a prudência de Marcos E. Clemente num campo tão complexo transforma-se, no final, em virtude epistemológica.

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *As estratégias fatais*. Tradução Ana M. Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

CLEMENTE, Marcos E. de. *Lampiões acesos: O cangaço na memória coletiva*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teiveira, 2009.

MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALENTINETTI, Claudio M. *Glauber, um olhar europeu*. Rio de Janeiro: Instituto Lina Bo e P. Bardi, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia antiga*. Tradução Joana A. D’Avila Melo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

MICHELET, Jules. *A feiticeira*. Tradução Ronald Werneck. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.